



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL - OBJETOS DIGITAIS DE APRENDIZAGEM NA EJA

Neusilena de Brito Costa¹
Jose Pessoa de Lima²

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem modificando os conceitos, a legislação e as práticas educacionais indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial para favorecer uma educação inclusiva.

Na LDB – lei de diretrizes e bases da educação, em seus artigos 58, 59, 59-A e 60 descreve-se educação especial “como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais”. Haverá para isso, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O currículo regular é tomado como referência básica e, a partir dele, são adotadas formas progressivas para adequá-lo, a fim de nortear a organização do trabalho de acordo com as necessidades do estudante. Essas adequações são definidas como alterações ou recursos especiais, materiais ou de comunicação, voltados a facilitar a aplicação do currículo escolar de forma mais compatível com as características específicas do estudante. Nisso se enquadra também e, muitas vezes com maior interesse discente, os objetos digitais de aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017) faz referência à educação necessária para pessoas com deficiência, apenas uma vez, em sua introdução, ao mencionar a Lei nº

¹Professora Mestra pelo UFPB, efetiva na rede municipal de João Pessoa, neusilena@gmail.com

²Professora Mestra pelo UFPB, efetiva na rede municipal de João Pessoa, jospessoa10@hotmail.com

13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que se caracteriza no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem por base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi assinada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, da qual o Brasil é signatário, e que se estabelece o compromisso de os Estados para garantirem às pessoas com deficiência um sistema educacional inclusivo em todas as etapas e modalidades da educação. E para atender a esse compromisso, o Brasil publicou o Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008 e o Decreto Executivo nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que passou a ter status de norma.

Destarte a leis que permeiam a educação em dois de seus maiores documentos legisladores a educação inclusiva demanda e envolve a ação direta de diferentes atores e esferas sociais que se relacionam de modo interdependente, numa perspectiva de rede e reverbera em ações para tornar real a inclusão de todos no processo educativo, através de práticas cotidianas do contexto educativo, oportunizando que os estudantes com deficiência sejam enxergados como seres potentes, constituindo sua identidade e se sentindo parte da sociedade, possibilitando seu acesso a processos de constituição de conhecimentos como garantia dos direitos fundamentais do ser humano, para participação social e do exercício da cidadania. Isso se constitui em um desafio que precisa ser refletido e dialogado entre os profissionais da educação, provocando assim questionamentos acerca da realidade do contexto educativo existente, na busca de mudanças emergenciais e da concretização de uma educação inclusiva. É o que se pretende ao utilizar as ferramentas de estudo digitais, amplamente divulgadas e comumente mencionadas na geração atual, mesmo que ainda necessitando do letramento para os discentes as aproveitarem melhor e incluam no seu processo de crescimento e desenvolvimento.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Chamamos Letramento digital a um conjunto de competências que permitem a um indivíduo compreender e utilizar de forma crítica a informação gerada na era da internet começa-se a definir o processo de letramento atual e permanente de usuários da internet. Esse processo leva em consideração o bom uso da internet e de tecnologias associadas, não somente para lazer e entretenimento, mas para o aprendizado ativo.

É muito comum encontrarmos adultos e idosos somente alfabetizados nos recursos digitais, mas que não dominam o letramento. Sendo assim, ele é importante para promover a inclusão também dessas pessoas, uma vez que esses recursos e ferramentas são basilares para que elas tenham mais autonomia e independência.

Os adultos que ainda trabalham precisam dessa competência para seu currículo. Ela desenvolve habilidades fundamentais que hoje são exigidas no mercado de trabalho.

No caso dos idosos, o letramento digital se faz importante para que eles sejam capazes de cumprir tarefas no dia a dia que muitas vezes envolvem o universo virtual. Além disso, é uma forma de interagir socialmente e buscar mais conhecimentos, para se manterem atualizados com o que acontece na sociedade.

Em relação aos alunos com necessidades educativas especiais é necessário entender a tecnologia como algo motivacional e não como uma ferramenta excludente. Sendo esta motivação a primeira e essencial por entender-se que a tecnologia desperta a curiosidade do sujeito e, com isso, incentiva-o a ir além do que lhe é proposto. Isso, por sua vez, ajuda na formação de alguém mais autônomo e, com isso, mais curioso e crítico na prática dos estudos (ZANATA, CARVALHO, 2008). A aprendizagem, por meio de ferramentas tecnológicas, torna-se agente principal da democratização do saber, sobretudo no que se refere à autonomia das instituições e a rapidez com a qual as informações são compartilhadas em suas diversas linguagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Moreira e Baranauskas (2015) o uso da informática pode e deve ser aliado à constante inovação de equipamentos ou objetos digitais de aprendizagem especialmente desenvolvidos serve como mediador no processo de ensino independente e com desenvolvimento factível das habilidades de quaisquer alunos. O uso desses objetos digitais de aprendizagem é que faz toda a diferença. Os objetos digitais de aprendizagem são extremamente relevantes para todos os níveis de ensino já que estamos imersos em um mundo conectado e utilizador destes objetos para comunicação, letramento, entre tantas outras funções que anteriormente eram exercidas por inúmeros recursos muitas vezes inalcançáveis a uma grande parcela da população, o que restringia o alcance ao conhecimento. Além disso, são recursos facilitadores para estimular o ensino e a aprendizagem e tem como suporte a pesquisa na internet, vídeos, textos, imagens, livros, jornais, sites, ou seja, materiais que conduzam os discentes ao conhecimento de forma estruturada e consistente, fazendo-os contextualizar e conectar assuntos e temas diversos, ou mesmo aprofundar o conhecimento.

Estamos assim perante um cenário em que aos professores é solicitada uma reflexão e apropriação relativamente ao conceito e exploração pedagógica de



No entanto, há de se observar alguns critérios para essa utilização aos quais me atenho para apreciação neste texto.

*Segundo Gomes (2008), em seu texto “Vídeos didáticos: uma proposta de critérios para análise” essas avaliações devem perpassar desde o **conteúdo** (no que tange sua qualidade científica, exatidão e apropriação, atualização, clareza, contextualização, pertinência, suficiência da quantidade da informação, conhecimentos precedentes exigidos do aluno para acompanhar o material, ajustamento da linguagem ao público-alvo, adequação do conteúdo ao público-alvo, referências (autores consultados)) à categoria **público a que se destina** levando-se em consideração se o público é claramente definido e identificável, a previsão de conhecimento prévio do público-alvo é atendida, a proposta pedagógica é adequada ao público-alvo a linguagem é adequada ao público-alvo e ao formato da mídia é apropriado ao público-alvo.*

O material escolhido deve ser analisado e atender não somente aos anseios do professor na expectativa de estar e usar tecnologia atualizada em suas aulas, mas, principalmente aos discentes no desenvolvimento da competência crítica escritora e multiplicadora de opiniões.

Durante as aulas de segunda feira à noite – 2^a e 3^a especificamente - numa escola municipal de João Pessoa, foi executada uma sequência anteriormente planejada de aulas a partir do objeto digital de aprendizagem disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=25098> para avaliação de critérios que além de atrativos fossem competentes no que diz respeito à aprendizagem em seu sentido mais amplo. Era necessário confirmar se esse objeto realmente fomentava a criticidade discente, aguçava a curiosidade, facilitava inferências e referências ao cotidiano do público específico desta modalidade de ensino numa turma composta em 95% de jovens que não obtiveram êxito no ensino regular e foram múltiplas vezes retidos, sendo, portanto extremamente desestimulados no processo vigente de aula presencial.

³*Objetos de Aprendizagem - Uma Proposta de... (PDF Download Available)*. Available from: https://www.researchgate.net/publication/258238725_Objeto_de_Aprendizagem_-_Uma_Proposta_de_Design_Pedagogico [accessed May 02 2018].

Ao realizar o passo a passo descrito no objeto, percebe-se que a discussão a partir do caça palavras (item que apesar de antigo nos processos escolares, chama atenção independente da idade) estabelece e atende ao que Gomes (2008) separa como critérios da categoria **conteúdos**, especialmente no que tange à exatidão e à apropriação, à clareza, aos conhecimentos prévios exigidos do aluno, além de atender as expectativas do **público-alvo**, o que facilitou o desenvolvimento das etapas seguintes e estimulou o debate sobre desigualdades sociais que corroborou para produção de texto oral e escrito. Na **proposta pedagógica** estabelecida pelo componente digital do portal do professor utilizado para a aplicação na turma há também a clareza no que se refere ao uso de cada texto - do caça-palavras, do verbete de dicionário *online*, das reportagens retiradas de páginas *online* de jornais e ampliadas em data show para toda a turma - concluindo com a apreensão de novas informações através de pesquisa em *links* na internet, com objetivo de, gradativamente motivar, suscitar debate, informar e acrescer as informações por eles trazidas, “o conhecimento de mundo” já destacado por vários estudiosos do processo ensino – aprendizagem. Ainda nessa categoria, observou-se que houve um entusiasmo em relação ao material utilizado, em especial ao computador, que motivou a ampliação da leitura do tema e a participação oral no sentido de dirimir questionamentos entre os próprios discentes, o que, a meu ver demonstrou a *aprendizagem colaborativa* (GOMES, 2008) e a interação necessária para a melhoria do conhecimento de toda a turma, em especial os alunos com necessidade educativa especial (NEE).

A interdisciplinaridade foi contemplada através das discussões latentes sobre desigualdade social e trouxeram à tona depoimentos dos discentes sobre suas realidades sócio-econômicas, valorizando inclusive discursos de discentes que presenciaram ou foram vítimas de preconceitos em situações cotidianas, tornando a aula atrativa e passível de continuidade na produção escrita daquilo que dantes seria apenas oralmente destacado. Além disso, foram utilizadas formas diferenciadas de exposição das temáticas como textos em áudio e vídeo, texto ilustrativo e imagens de internet (memes).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A simultaneidade de gêneros textuais utilizada na prática da aula com este objeto digital de aprendizagem atendeu positivamente a intenção por parte da docente de Língua Portuguesa, particularmente, a este público mais jovem, porém, com idade avançada para o ensino regular diurno, alguns pais e mães de família e trabalhadores com anseios de

melhora na profissão sendo muito bem aproveitado no que diz respeito à correlação oralidade – leitura – escrita objetiva, já que como componente digital sugeriu a produção de uma reportagem relatando como construir uma sociedade igualitária.

Há, depois de toda a aplicação e análise segundo os critérios de GOMES (2008) a comprovação de que “*um material audiovisual bem selecionado e uma proposta didática coerente com os objetivos da aula podem dar mais vida e interesse às atividades de classe*”⁴. E isso não se restringe aos discentes espectadores das aulas que permearam e ainda permeiam nosso ensino nas escolas.

Refere-se, consoante a isso, ao trabalho docente que utiliza de maneira atrativa para seu trabalho e para o público a qual este se destina as ferramentas digitais e tecnológicas as quais acompanham a aceleração do aprendizado da sociedade e a polissemiose ou multissemiose dos meios de comunicação e produção de informações e conhecimento atuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

MOREIRA, E. A.; BARANAUSKAS, M. C. C. Tecnologias Tangíveis e Vestíveis como Recursos para Ambiente Inclusivo: Uma revisão sistemática. Anais do XXVI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 2015.

GOMES, Luiz Fernando. *Vídeos didáticos: uma proposta de critérios para análise*. Disponível em:

<http://erevista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3128/2463>

JESUS, Ângelo & Gomes, Maria & Cruz, Agostinho. *Objetos de Aprendizagem - Uma Proposta de Design Pedagógico*. 2012. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/258238725_Objeto_de_Aprendizagem_-_Uma_Proposta_de_Design_Pedagogico

⁴ “Vídeos didáticos: uma proposta de critérios para análise”, disponível no endereço eletrônico:

<http://erevista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3128/2463>.

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021
SOARES, Magda. *Novas práticas de leitura e escrita: Letramento na cibercultura*. São Paulo: Contexto, 2002.

WEBGRAFIA

Link do objeto estudado: PORTAL DO PROFESSOR
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=25098>